



SÁBADO, 06 de Abril de 2024

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

1/3

MINEIRÃO

OPERAÇÃO

Em 2023, o Mineirão manteve-se como referência na realização de partidas de futebol e como principal plataforma de entretenimento do Estado de Minas Gerais. No esporte, seu potencial eclético contemplou partidas internacionais de Copa Libertadores, nacionais de Campeonato Brasileiro e Copa do Brasil, regionais de Campeonato Mineiro, e as finais do torneio amador do Taça das Favelas, competição realizada entre equipes de comunidades e aglomerados de Minas Gérias.

Foram 33 partidas profissionais, sendo (i) 17 com mando do Atlético Mineiro, 13 do Cruzeiro e 1 do América Mineiro, (ii) a final da Copa do Brasil Sub-20, e (iii) a partida que valeu o acesso do Athletic, de São João Del Rei, da Quarta para a Terceira Divisão do Campeonato Brasileiro. O público total chegou a 1,2 milhão de torcedores, para uma arrecadação bruta de quase R\$ 52 milhões.

No Mineirão, o Atlético Mineiro conquistou seu quarto título estadual seguido, e o Palmeiras comemorou, na última rodada, o título de campeão brasileiro, erguendo a taça no gramado do Gigante.

Nos eventos culturais, o Mineirão provou mais uma vez seu viés multiuso, conciliando sua agenda esportiva com a realização de festivais e shows internacionais. O público total passou de 773 mil pessoas, Jack Johnson, Backstreet Boys, Joss Stone, Kiss e Roger Waters formam a lista de atrações internacionais que se apresentaram no estádio. Os eventos de eletrônica também trouxeram sete DJs estrangeiro ao longo dos meses.

O ano de 2023 ficará marcado ainda pelo show de despedida da banda Skank e na megaprodução Luan City. Ao todo, foram 17 festivais realizados no ano, dos mais variados estilos musicais. Além das apresentações que abriram a performance de Luan Santana, aconteceram os seguintes festivais: SummerTimes, Carnaval do Bem, Rap Games, Buteco do Gustavo Lima, 2000 Rock Fest, Breve Festival, Do Samba ao Funk, Festival Sertanejo, Samba Prime, Só Track Boa, Ore Comigo, Pandora Festival, Prime Rock Brasil, Sarará, Festa e O Último Samba do Ano. Ao longo do ano, o Mineirão também manteve a programação de suas atrações fixas no Museu Brasileiro do Futebol (MBF) e Tour Meu Mineirão, que receberam 44 mil visitantes, e Feirão do Mineirão, realizado aos finais de semana, que contou com um público total superior a 60 mil pessoas. A esplanada, aberta diariamente das 7h às 22h, também se fortaleceu como espaço

público de recreação e saúde.

O Mineirão também se estabeleceu em 2023 como uma grande plataforma de marcas, dos mais variados seguimentos. Se associaram ao Gigante ao longo da temporada as seguintes empresas: Ambev, Esportes da Sorte, Auto Truck, Hermes Pardini, Adidas, MM Aluguel de Carros e Claro.

O Mineirão trabalhou ainda em projetos voltados para a comunidade e para a inclusão. O papel da mulher no futebol e nos eventos foi discutido em rodadas de bate-papo no "Mineirão Talks". O Gigante da Pampulha também recebeu o 1º Seminário de Combate à LGBQTIA+fobia no Futebol Mineiro. O Tropeiro do Bem destinou R\$ 30 mil em recursos ao Hospital Mário Penna. Durante os jogos, em meses e datas especiais destinados à conscientização do autismo e da pessoa com deficiência (PCD), camarotes do estádio se transformaram em espaços de inclusão. Além dessas atividades, se mantiveram ativas as campanhas (i) "Todos contra a Importação Sexual", que tem o apoio dos clubes, federação e órgãos públicos de segurança, justiça e assistência social, e (ii) "Vizinhos do Mineirão", voltada para conscientizar os frequentadores do estádio sobre seus impactos no entorno.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.293	16.732	Fornecedores	10	4.532	5.390
Ativo financeiro de concessão	5	45.670	47.709	Empréstimos e financiamentos	11	13.069	22.265
Contas a receber de clientes	6	14.553	14.648	Obrigações e encargos trabalhistas	-	2.022	1.678
Estoques	-	1.149	2.734	Impostos e contribuições a recolher	-	2.930	1.360
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.824	1.618	Adiantamento de clientes	17	532	44
Adiantamentos a fornecedores	-	702	1.360	Receitas diferidas	12	9.632	7.796
Títulos e valores mobiliários	15	25	25	Outros passivos	-	103	8
Outros ativos	-	502	304	Total do passivo circulante		32.820	38.541
Total do ativo circulante		89.718	85.130	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos	11	63.374	76.048
Ativo financeiro de concessão	5	345.495	359.246	Tributos diferidos	13	31.444	25.698
Contas a receber de clientes	6	95.522	67.056	Partes relacionadas	14	12.324	8.551
Partes relacionadas	14	17	17	Adiantamento de clientes	17	2.467	10.616
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.267	1.185	Provisão para riscos	15	356	561
Outros ativos	-	1.031	1.025	Receitas diferidas	12	9.320	218
		443.332	428.529	Outros passivos	-	2.174	547
Imobilizado	8	601	925	Total do passivo não circulante		121.459	122.239
Intangível	9	29.657	28.728	Patrimônio líquido	16		
Total do ativo não circulante		473.590	458.182	Capital social		246.405	246.405
Total do ativo		563.308	543.312	Reserva de lucros		162.624	136.127
						409.029	409.029
				Total do passivo e patrimônio líquido		563.308	543.312

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Notas	Reserva de Lucros				Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros (prejuízos) acumulados	
Lucro líquido do exercício		246.405	12.029	112.628	-	371.062
Constituição da reserva legal	16.b	-	1.673	-	33.470	33.470
Transferência para reserva de subvenção	16.c	-	-	31.797	(1.673)	-
Distribuição de dividendos	16.d	-	-	(22.000)	(31.797)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		246.405	13.702	122.425	-	382.532
Lucro líquido do exercício		-	-	-	41.497	41.497
Constituição da reserva legal	16.b	-	2.075	-	(2.075)	-
Transferência para reserva de subvenção	16.c	-	-	39.422	(39.422)	-
Distribuição de dividendos	16.d	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		246.405	15.777	146.847	-	409.029

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio ou Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão).

A Companhia é controlada em conjunto pela Construção CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egessa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

Contrato de Concessão

O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de março de 2024.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros – classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos e passivos ao custo amortizado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos

e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrerem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD ou impairment).

2.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Intangível

São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	18	88.426	82.669
Custos dos serviços prestados	19	(25.067)	(21.344)
Lucro bruto		63.359	61.325
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(18.457)	(16.821)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	19.759	294
		1.302	(16.527)
Lucro operacional		64.661	44.798
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	2.120	14.499
Despesas financeiras	20	(21.263)	(25.620)
		(19.143)	(11.121)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		45.518	33.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(4.021)	(207)
Lucro líquido do exercício		41.497	33.470
Quantidade de ações (em milhares)	-	8.214	8.214
Lucro básico e diluído por ação	-	5,05	4,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangente para os

exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.497	33.470
Resultados abrangentes do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	41.497	33.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.518	33.677
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	2.367	2.501
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	12.324	16.365
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(25.668)	(48.724)
Tributos diferidos	1.725	90
Receitas diferidas	10.938	(5.381)
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	402	12
Provisão (reversão) para perdas esperadas	93	(200)
Provisão para riscos	369	747
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	41.458	87.612
Contas a receber de clientes	(28.464)	(7.256)
Adiantamentos a fornecedores	658	(786)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.288)	(1.571)
Estoques	1.585	(1.893)
Outros ativos	(204)	(158)
Fornecedores	(858)	2.048
Obrigações e encargos trabalhistas	344	294
Impostos e contribuições a recolher	1.570	(4.165)
Adiantamento de clientes	(7.661)	(2.839)
Pagamentos de contingências	(574)	(1.257)
Outros passivos	1.722	320
Caixa gerado pelas operações	56.356	69.436
Juros pagos	(12.592)	(16.414)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.764	53.022
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(29)	(391)
Adições de intangível	(3.345)	(668)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.374)	(1.059)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(21.602)	(39.455)
Dividendos	(11.227)	(16.467)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(32.829)	(55.922)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	7.561	(3.959)
Demonstração das variações no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.732	20.691
No final do exercício	24.293	1



SÁBADO, 06 de Abril de 2024

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

2/3

MINEIRÃO

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de serviços

A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência.

b) Receita financeira

A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

c) Receita diferida

A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.

2.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substituiu o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

• Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retro arrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ativo financeiro de concessão

A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas.

A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	93	5
Aplicações financeiras	24.200	16.727
Total	24.293	16.732

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários possuem rendimentos atrelados à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDB-DI) em 31 de dezembro de 2023 (2022 - 99,00%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCP 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros".

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	42.479	47.709
Ativo financeiro faturado	3.191	-
Total	45.670	47.709

Não circulante

Ativo financeiro a faturar	345.495	359.246
Total	391.165	406.955

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 300 parcelas complementares mensais (Pb). As parcelas estão registradas a valor justo com base na seguinte taxa de desconto: 8,85% a.a. (Pb).

O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	406.955	445.843
Receita financeira do ativo financeiro	25.668	48.724
Recebimentos	(41.458)	(87.612)
Saldo final	391.165	406.955

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes faturados	21.351	15.984
Contas a receber de clientes a faturar	89.953	67.056
Total	111.304	83.040

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	(1.229)	(1.336)
Total	110.075	81.704

Circulante	14.553	14.648
Não circulante	95.522	67.056
Total	110.075	81.704

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R\$ 5.390 (2022 - R\$ 5.130) que se encontrava vencido, mas não *impaired* (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	105.914	77.910
Vencido de 1 a 29 dias	1.150	444
Vencido de 30 a 59 dias	262	450
Vencido de 60 a 179 dias	763	1.273
Vencido de 180 a 360 dias	1.039	1.048
Vencido a mais de 360 dias	2.176	1.915
Total	111.304	83.040

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2022	Movimento	Baixas	31/12/2023
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.336	93	(200)	1.229
Total	1.336	93	(200)	1.229

	31/12/2021	Movimento	Baixas	31/12/2022
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.536	(200)	-	1.336
Total	1.536	(200)	-	1.336

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos que a companhia não espera receber.

7. Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins)	1.261	1.180
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.507	1.163
Outros impostos e contribuições	323	460
Total	4.091	2.803

Circulante	2.824	1.618
Não circulante	1.267	1.185
Total	4.091	2.803

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo					
Equipamentos em geral		1.842	-	(38)	1.804
Móveis e utensílios		3.390	-	(48)	3.342
Instalações		184	-	(18)	166
Equipamentos de informática		999	29	-	1.028
Veículos		70	-	-	70
Outras		80	-	-	80
Total		6.565	29	(104)	6.490

Depreciação acumulada

Equipamentos em geral	10%	(1.431)	(116)	37	(1.510)
Móveis e utensílios	10%	(3.215)	(84)	48	(3.251)
Instalações	10%	(175)	(7)	17	(165)
Equipamentos de informática	20%	(722)	(122)	-	(844)
Veículos	20%	(59)	(11)	-	(70)
Outras	20%	(38)	(11)	-	(49)
Total		(5.640)	(351)	102	(5.889)
Imobilizado líquido		925	(322)	(2)	601

	Taxa anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo					
Equipamentos em geral		1.608	234	-	1.842
Móveis e utensílios		3.386	4	-	3.390
Instalações		184	-	-	184
Equipamentos de informática		885	126	(12)	999
Veículos		70	-	-	70
Outras		53	27	-	80
Total		6.186	391	(12)	6.565

Depreciação acumulada

Equipamentos em geral	10%	(1.263)	(168)	-	(1.431)
Móveis e utensílios	10%	(2.880)	(335)	-	(3.215)
Instalações	10%	(157)	(18)	-	(175)
Equipamentos de informática	20%	(607)	(115)	-	(722)
Veículos	20%	(45)	(14)	-	(59)
Outras	20%	(29)	(9)	-	(38)
Total		(4.981)	(659)	-	(5.640)
Imobilizado líquido		1.205	(268)	(12)	925

9. Intangível

	Taxa anual de depreciação	31/1
--	---------------------------	------



SÁBADO, 06 de Abril de 2024

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

3/3

MINEIRÃO

12. Receitas diferidas

As receitas diferidas são reconhecidas quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada 2023, bem como contratos de patrocínios.

	31/12/2023	31/12/2022
Camarote Tribuna	1.564	2.345
Camarote Exclusivo	1.872	1.844
Camarote Bossa Nova	566	935
Patrocínios	14.688	2.192
Outros	262	698
Total	18.952	8.014
Circulante	9.632	7.796
Não circulante	9.320	218

13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do diferimento da margem de construção sobre as contraprestações pecuniárias Pa e Pb, cuja tributação é realizada pelo restante do prazo do contrato de concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	23.302	19.079
CSLL	8.389	6.868
Ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	(9.507)	(7.784)
Total	22.184	18.163

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	1.652	1.344
Cofins	7.608	6.191
Total	9.260	7.535
Total	31.444	25.698

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.518	33.677
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda contribuição social à alíquota nominal	(15.476)	(11.450)

	31/12/2023	31/12/2022
Exclusões permanentes	10.674	20.717
Adições permanentes	(6.248)	(8.490)
Adições e exclusões temporárias, líquidas	297	310
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	6.732	(1.294)
Total encargo fiscal*	(4.021)	(207)
% efetiva	(8,83%)	(0,61%)

(* A companhia no ano 2022 aderiu ao PERSE (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos) Lei nº 14.148/2011 válida até ano 2027, objetivo de minimizar os efeitos decorrentes das medidas de combate a pandemia da covid-19 sobre os setores de eventos e turismo.

14. Partes relacionadas

a) Ativo não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Egesa Engenharia S.A.	17	17
Total partes relacionadas	17	17

b) Passivo não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar	12.324	8.551
Total partes relacionadas	12.324	8.551

c) Remuneração da administração

A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas gerais e administrativas e totaliza R\$ 2.770 em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R\$ 2.478).

15. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Em 31 de dezembro de 2023, segundo os assessores jurídicos, havia processos de natureza cível e trabalhista com estimativa de perda provável no montante de R\$ 356 (2022 – R\$ 561), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 85.639 (2022 – R\$ 79.353), referente a ações cíveis, trabalhistas e administrativas. O saldo das causas de risco possível deve-se, especialmente, à atuação sobre a correta exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da parcela relativa à subvenção para investimentos.

	Provisões contingência	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	298	503
Cíveis	58	58
Total	356	561

A movimentação das provisões para riscos e amortizações é como segue:

	Movimentação				
	31/12/2022	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2023
Provisão	2.998	369	-	-	3.367
Amortização provisão	(2.437)	-	(574)	-	(3.011)
TOTAL	561	369	(574)	-	356

	Movimentação				
	31/12/2021	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2022
Provisão	2.251	747	-	-	2.998
Amortização provisão	(1.180)	-	(1.257)	-	(2.437)
Total	1.071	747	(1.257)	-	561

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão.

Capital integralizado

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
Total	8.214	246.405

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c) Reserva de subvenção

A Reserva de Subvenção é formada pelo valor reconhecido como ressarcimento de construção pago pelo Poder Concedente à Concessionária em função da reforma e ampliação do Complexo do Mineirão. Este ressarcimento é composto por 100% da Parcela Pecuniária PA e 40% da Parcela Pecuniária PB. A Reserva de Subvenção é constituída a partir do Resultado do exercício, depois da retenção da Reserva Legal, estando limitada ao valor total do ressarcimento de construção já recebido, o qual ainda não foi atingido até a data-base de 31 de dezembro de 2023.

d) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.497	33.470
Constituição da reserva legal	(2.075)	(1.673)
Transferência para reserva de subvenção	(39.422)	(31.797)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	-	-

Adicionalmente a Companhia aprovou em 2023 a distribuição de R\$15.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os pagamentos ocorreram em junho, outubro e dezembro de 2023. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014.

A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.018	-
Distribuição de dividendos	22.000	-
Pagamentos efetuados	(16.467)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.551	-
Distribuição de dividendos	15.000	-
Pagamentos efetuados	(11.227)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.324	-

17. Adiantamento de clientes

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2023 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.

Houve redução devido ao desempenho operacional da concessionária, a administração entende que o valor será liquidado ao final do contrato de concessão.

18. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação (a)	65.294	56.084
Atualização do ativo financeiro (b)	33.825	36.209
Impostos e contribuições (c)	(10.693)	(9.624)
Total	88.426	82.669

A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio;

(b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;

(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS). A companhia aderiu ao PERSE (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos) Lei 14.148/2011, objetivo de minimizar os efeitos decorrentes das medidas de combate a pandemia da covid-19 sobre os setores de eventos e turismo, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

19. Custos e despesas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(18.877)	(17.444)
Serviços públicos	(2.293)	(1.896)
Despesa com manutenção	(9.555)	(7.597)
Serviços de terceiros	(2.526)	(1.942)
Materiais	(1.234)	(1.185)
Depreciação e amortização	(2.367)	(2.501)
Propaganda e publicidade	(1.138)	(653)
Outros	(5.534)	(4.947)
Total	(43.524)	(38.165)

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços prestados	(25.067)	(21.344)
Despesas gerais e administrativas	(18.457)	(16.821)
Total	(43.524)	(38.165)

20. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	1.741	1.834
Juros de mora e descontos obtidos	239	105
Variação monetária ativa (**)	-	12.515
Outras receitas financeiras	140	45
Total	2.120	14.499

Despesa financeira

Despesas e comissões bancárias	(286)	(272)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.324)	(16.365)
Juros de mora	-	(43)
Variação monetária passiva (**)	(8.648)	-
Outras despesas financeiras (*)	(5)	(8.940)
Total	(21.263)	(25.620)
Resultado financeiro	(19.143)	(11.121)

(*) Compartilhamento da margem operacional positiva da concessionária com o poder concedente; e

(**) Variação monetária ativa ou passiva, refere-se à atualização do saldo referente ao ativo financeiro da concessionária utilizando como base o IPCA.

21. Outras receitas operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Energia mercado livre	2	20
Reembolso de danos estruturais	40	121
Multa contratual	405	102
Pleito Estado Minas Gerais (*)	18.957	-
Bonificações e brindes	-	22
Indenizações recebidas	248	-
Outras receitas	107	29
Total	19.759	294

(*) A Administração reconheceu o saldo a receber referente ao pleito devido ao reequilíbrio econômico – financeiro contratual, cuja discussão, o poder concedente, ocorre em sede de pleito arbitral.

22. Gestão de risco financeiro

22.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Durante 2023 e 2022, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.

O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

22.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos	76.443	98.313
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(24.293)	(16.732)
Dívida líquida	52.150	81.581
Total do patrimônio líquido	409.029	382.532
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	461.179	464.113
Índice de alavancagem financeira - %	11,31%	17,58%

22.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

André Luís Santana Moraes
Samuel Henrique Cornélio Lloyd

CONTADORA

Tatiana Michele da Silva
CRC/MG 113710/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da

Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Publicidade Legal Digital - 06 de Abril de 2024 pdf

Código do documento 95f82e62-ab5b-483e-92c1-7253b14abb32



Assinaturas



SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484
Certificado Digital
poliana.helena@otempo.com.br
Assinou

Eventos do documento

05 Apr 2024, 19:12:21

Documento 95f82e62-ab5b-483e-92c1-7253b14abb32 **criado** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-05T19:12:21-03:00

05 Apr 2024, 19:13:14

Assinaturas **iniciadas** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-05T19:13:14-03:00

05 Apr 2024, 19:13:49

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484 **Assinou**
Email: poliana.helena@otempo.com.br. IP: 187.94.66.171 (187-94-66-171.centurytelecom.net.br porta: 33582).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=Autoridade
Certificadora SERPRORFBv5,OU=A1,CN=SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484. - DATE_ATOM:
2024-04-05T19:13:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b8f22c41e2e88ca2edcf4441182e791a22cf8e3d116580f08f2d57323e6f3128

(SHA512):cd1a130635b6a5659cf90ce4679983c9f07bb2c2832830ef68aa7c77ba7875e9fcded67429dfead71353abd5889c2a6af676f2ba2009d627cdfd05540faa424

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign